



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

**PROTOCOLOS SIC** [REDACTED]

**UNIDADE:** Procuradoria Geral do Estado - PGE

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**DECISÃO OGE/LAI n.º 073/2016**

1. Tratam os presentes autos de pedidos dirigidos à Procuradoria Geral do Estado – PGE, números SIC em epígrafe, para acesso ao quantitativo de minutas, notas técnicas, pareceres e outras manifestações produzidos por Procuradores do Estado, entre outros questionamentos, dentro de diferentes períodos.
2. Preliminarmente, deve-se registrar que será feita apreciação conjunta dos cinco pedidos registrados ante a identidade das informações requeridas, alterados apenas os lapsos temporais a que se referem, sendo que o órgão demandado deu a mesma resposta em todos os expedientes.
3. Inicialmente o pretendido acesso foi negado, pois seriam necessários trabalhos adicionais de análise, produção ou tratamento de dados. Em face de recursos hierárquicos interpostos, o órgão manteve a negativa, em face da alegada desproporcionalidade dos pedidos, cuja entrega impactaria negativamente as atividades rotineiras, em função da quantidade de dados a serem obtidos, ensejando o presente recurso, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme o artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
4. A inexigibilidade de trabalhos adicionais de análise, interpretação, consolidação, produção ou tratamento de dados para atendimento a pedido de informação, se não está literalmente expressa nos dispositivos da Lei de Acesso à Informação, decorre de sua interpretação sistemática, bem como da ponderação hermenêutica à luz dos princípios constitucionais, cuja realização exige a análise do caso concreto. De um lado, tem-se presente o direito fundamental de acesso à informação, previsto no artigo 5º, inciso XXXIII, da Lei Maior, que assegura a todos o direito de obter do Poder Público informações de interesse público ou particular. De outra parte, há que se considerar o princípio da eficiência, insculpido no caput do artigo 37, bem como a razoabilidade, de modo a garantir que os limitados recursos disponíveis à Administração Pública sejam utilizados, de forma equilibrada, na concretização dos diversos direitos fundamentais reconhecidos pela ordem constitucional.
5. Nesse sentido, por depender de cuidadoso sopesamento entre princípios constitucionais, a fundamentação de negativa de acesso lastreada na inexigibilidade de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

tratamento de dados não pode ocorrer de forma automática, sendo necessária a devida consideração dos diversos valores envolvidos no caso concreto, com destaque para o dever geral de transparência, bem como para a viabilização do controle social sobre as atividades da Administração Pública. Mesmo no âmbito do Poder Executivo Federal, submetido à previsão regulamentar expressa a respeito dessa hipótese de negativa de acesso (artigo 13, inciso III do Decreto Federal 7.724/2012), a aplicação desse dispositivo não deve ocorrer de forma desmotivada, exigindo-se dos entes estatais a demonstração da desproporcionalidade entre o interesse na produção da informação e o custo necessário à sua disponibilização<sup>1</sup>.

6. Assim, a necessidade de trabalhos adicionais para organização de dados somente poderá ser considerada tarefa inexigível após criterioso exame em que se demonstre sua inviabilidade operacional ou excessiva onerosidade, capaz de justificar a exceção à regra geral de fornecimento dos dados públicos.
7. Com efeito, quando demasiado oneroso o tratamento de dados, a Lei de Acesso à Informação assegura o acesso à fonte primária junto à qual o interessado possa obter os dados brutos e, a partir deles, realizar os trabalhos de tratamento e análise de que possa necessitar, conforme orienta o artigo 11, §3º, da vigente norma de alcance nacional. Portanto, a responsabilidade informacional da Administração Pública exige que, na impossibilidade de fornecimento integral dos dados requeridos, sejam exauridas todas as hipóteses alternativas de oferta da informação, inclusive facultando e facilitando o acesso aos acervos documentais em que constem os dados pleiteados.
8. Nos casos em apreço, respaldados principalmente no inciso V do artigo 7º da Lei (informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços), apesar do indeferimento dos recursos

<sup>1</sup> Merece transcrição, nesse exato sentido, estudo da Controladoria Geral da União a respeito da aplicação da Lei de Acesso à Informação no âmbito do Governo Federal: “É importante deixar claro, no entanto, que **nem todo pedido de acesso à informação que exige certo trabalho adicional de análise ou de interpretação deve ser negado. Para que um órgão ou entidade pública se negue a fornecer uma informação com base na parte inicial desse dispositivo é necessário demonstrar que os procedimentos para a produção da informação impactariam as suas atividades rotineiras de forma negativa, da mesma forma que é feita nos pedidos desproporcionais.** Assim, deve-se fazer uma análise de ponderação com base nas vantagens e desvantagens que esse trabalho pode auferir. Ademais, o parágrafo único do art. 13 impõe ao órgão ou entidade pública a obrigatoriedade de indicar o local onde se encontram as informações demandadas, de maneira que o cidadão possa, ele próprio, realizar o trabalho de análise, interpretação e consolidação dos dados.” Cf. *Aplicação da Lei de Acesso à Informação em recursos à CGU*, p. 44. Disponível em: <http://www.ace.ssoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/arquivos/aplicacao-da-lai-em-recursos-a-cgu.pdf>. E ainda: “Para que haja adequada caracterização da desproporcionalidade de um pedido de informação, ademais, é necessário que o órgão recorrido **indique ao recorrente, de forma clara, concreta e com dados objetivos, que o seu pedido inviabilizaria a rotina da unidade responsável pela produção da resposta.** Deve-se demonstrar, portanto, o nexo de causalidade entre a dimensão do pedido e a sua inviabilidade operacional. Isso ocorre porque cabe à Administração Pública o ônus de comprovar o fato alegado, quando da negativa de acesso à informação, conforme o inciso II do parágrafo 1º do artigo 11 da Lei nº 12.527/11”. (Referência: 99901.000282/2015-43. Órgão recorrido: COBRA Tecnologia S.A.)

5




GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

hierárquicos interpostos, consta afirmação expressa da existência e da natureza pública dos dados pleiteados, sendo, portanto, plenamente lícitos, possíveis e autorizados os acessos requeridos, bastando, agora, viabilizá-los sem custos adicionais ao erário, conforme prevê a legislação, facultando-se ao demandante consulta direta aos expedientes em que os mesmos possam ser obtidos.

9. Os pedidos registrados, de fato, envolvem muita informação a ser obtida em diferentes fontes documentais, sendo verossímil que algumas das requeridas possam não se encontrar prontamente disponíveis. No entanto, parece improvável que dados referentes a número de Procuradores classificados na Área da Consultoria Geral ou número de Procuradores em função de chefia, por exemplo, exijam descomunal esforço administrativo, revelando-se imprescindível, conforme antes assinalado, que a posição impeditiva da satisfação da demanda seja corroborada com elementos objetivos delineadores de justificativa convincente, a fundamentar a exceção à regra geral da transparência, sendo, também, sempre preferível o atendimento parcial, quando apenas assim se revelar possível, ao pleno indeferimento.
10. Ademais, como consignado acima, a inexigibilidade de tratamento de dados não afasta, de plano, o livre acesso a documentos públicos, bastando franquear, sempre que possível e sem ônus adicional, a consulta direta, pelo interessado, junto à fonte primária da informação, pois assim prevê o §3º do artigo 11 da Lei: “Sem prejuízo da segurança e da proteção das informações e do cumprimento da legislação aplicável, o órgão ou entidade poderá oferecer meios para que o próprio requerente possa pesquisar a informação de que necessitar”.
11. Assim, constatadas a existência e a publicidade das informações a que se pretende acesso, antes já reconhecidas pelo ente demandado, **conheço e dou provimento aos recursos**, com fundamento no artigo 20, inciso I do Decreto nº 58.052/2012, devendo-se, nos termos do seu § 2º, adotar as providências necessárias com vistas a dar cumprimento ao disposto na Lei.
12. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 28 de março de 2016.

  
**GUSTAVO UNGARO**  
OUVIDOR GERAL DO ESTADO